

História, cidadania e livros escolares de OSPB (1962-1964)

Cleber Santos Vieira
Doutorando - FEUSP

Em 31 de janeiro de 1962 o presidente da república João Goulart, acompanhado pelo primeiro-ministro Tancredo Neves e do Ministro da Educação Antônio de Oliveira Brito, assinavam decreto nomeando os membros do recém criado Conselho Federal de Educação (CFE). Dentre as primeiras medidas adotadas pelos conselheiros¹ enquadra-se a regulamentação do ensino médio no sistema federal de ensino, publicadas no volume de estréia da “*Documenta*”, periódico de divulgação dos pareceres, relatórios e demais deliberações do CFE. Buscando valorizar a autonomia dos estabelecimentos de ensino na montagem da grade curricular, a Indicação Nº 1 do CFE, homologado pelo MEC em 24 de abril de 1962, oferecia um complexo e flexível sistema curricular composto, no ciclo ginásial, por disciplinas obrigatórias (Português, História, Geografia, Matemática e Ciências), disciplinas obrigatórias complementares (Organização Social e Política brasileira, duas línguas estrangeiras modernas, língua clássica e desenho) e disciplinas optativas (línguas estrangeiras modernas, música, canto orfeônico, artes industriais técnicas comerciais, técnicas agrícolas)².

Este plano curricular, conforme testemunhou Gildásio Amado³, então diretor da Diretoria do Ensino Secundário, órgão do MEC ao qual coube a tarefa de apresentar a proposta, visava suprir, em caráter provisório, as exigências traçadas na LDB de 1961 para o ano letivo de 1962 até que os conselhos estaduais de educação fossem efetivados. De acordo com Gildásio Amado, o plano foi aceito pelo CFE sem maior alteração com a seguinte ressalva: “a indicação da disciplina Organização Social e Política Brasileira partiu do próprio Conselho Federal, por proposta de Anísio Teixeira”.⁴

A Comissão Especial de Ensino Médio, criada para examinar o mérito da Indicação Nº 1, emitiu parecer favorável à proposta admitindo como primeira hipótese a introdução, nas terceiras e quartas séries do primeiro ciclo ginásial, do ensino de OSPB e o de desenho⁵. É desta forma que se encontra, pela primeira vez na história da educação brasileira, referência

à disciplina “Organização Social e Política do Brasil” (OSPB). Pode-se dizer, então, que o surgimento da disciplina OSPB insere-se numa linha de consolidação das diretrizes educacionais de 1961, estabelecendo grade curricular com critérios unificados em âmbito nacional respeitando-se a pluralidade de opções locais. Nesta mesma perspectiva, o CFE não fixou um programa curricular para OSPB, mas estabeleceu os princípios e valores políticos pelos quais deveria se pautar. O documento que com maior propriedade revela o clima em torno da criação desta disciplina, talvez seja o artigo do conselheiro Newton Sucupira registrado no terceiro número da *Documenta*, publicada em março de 1962:

“Ela tem como finalidade proporcionar ao aluno uma idéia adequada da realidade sócio-cultural brasileira em sua forma e ingredientes básicos. Deverá, pois apresentar o quadro geral das instituições da sociedade brasileira, sua natureza, formação e caráter, bem como as formas de vida e costumes que definem o modo de ser específico e a fisionomia característica de nossa cultura. Será além disso, um estudo da organização do Estado brasileiro, da Constituição, dos poderes da República, do mecanismo jurídico e administrativo em suas linhas gerais, dos processos democráticos, dos direitos políticos, dos deveres do cidadão, suas obrigações civis e militares.”⁶

Tecendo elogios à decisão do CFE, Sucupira admitia que a atitude caminhava no sentido de superar a ausência de uma educação comprometida com a formação cívica dos estudantes brasileiros preparando-os para o exercício consciente da cidadania democrática. O gesto institucional, explicou ainda Newton Sucupira, respondia aos apelos interpostos nas primeiras décadas do século XX pelo escritor José Veríssimo em nome de um sistema de ensino comprometido com a integração nacional⁷. Por fim, o conselheiro interpretava a instituição da Nova Disciplina Organização Social e Política Brasileira “como um passo em direção à civilização cujos parâmetros, no âmbito curricular, eram dados pela disciplina “Instrução Cívica” em vigor na França desde 1885 e a “American Government” na High-School” americana”.

Em síntese, ao instituir OSPB enquanto disciplina escolar o CFE expressava a vivacidade do debate em torno da instrução cívica presente na história da educação brasileira desde o advento republicano. Todavia, longe de pôr termos à questão, a medida apenas representou o prólogo de uma longa jornada que se estenderia até 1993, quando foi oficialmente extinta dos programas de ensino pela lei nº 8.663 de 14 de junho⁸. Por esta lógica, a incorporação da disciplina OSPB aos propósitos da educação moral e cívica do

período autoritário, expressos no decreto lei nº 869/69⁹, pode ser reinterpretada deixando de configurar o marco fundador para significar mais um evento na longa trajetória desta disciplina¹⁰.

No período compreendido entre 1962 e 1964, que corresponde à fase de criação da disciplina até o golpe militar de 1964, os livros escolares compuseram e representaram o rol de estratégias acionadas por conselheiros, autores, escolas e editoras que viabilizaram os primeiros passos da Organização Social e Política Brasileira no sistema educacional. Tão logo a medida anunciada foi autorizada pela União cinco manuais didáticos foram publicados.

AUTOR	TÍTULO	EDITORA	ANO
Victor Mussumeci	Organização social e política brasileira	Editora do Brasil	1962
Umberto Augusto de Medeiros	Organização social e política brasileira	FTD	1963
Theobaldo Miranda Santos	Organização social e política do Brasil	Cia Editora Nacional	1963
Delgado Carvalho	Organização social e política do Brasil	INEP / MEC	1963
João Camilo de Oliveira Torres	Instituições políticas e sociais do Brasil	FTD	1964

Os prefácios inscritos nestas publicações fornecem dados que permitem narrar a história da criação e difusão da disciplina. A leitura deste gênero de paratexto¹¹ permite situar os livros como expressão do debate maior sobre a educação cívica e que parece ter tramitado nas esferas de poder juntamente com a LDB, não cessando após a sua publicação. Os discursos dos autores, mais do que escritores profissionais a serviço da produção didática, prefiguram o engajamento da Organização Social e Política do Brasil na consolidação daquele ramo de ensino. Reconhecem a medida do CFE como acertada e manifestam a crença da nova disciplina na formação cívica dos cidadãos. As instâncias prefaciais revelam os autores como produtores de discursos didáticos que funcionaram como suportes do discurso normativo sobre a cidadania. Perfilam ainda mensagens textuais que remetem aos fatores determinantes na elaboração dos livros.

Sobre este último aspecto nota-se, em primeiro lugar, um desejo implícito por parte dos autores e editores de se lançarem como pioneiros. Theobaldo Miranda Santos afirmou que atendendo a solicitação da Companhia Editora Nacional e “Diante da inexistência de qualquer compêndio referente ao assunto resolvemos escrever este modesto manual”¹². Delgado Carvalho situou no CFE e no renomado conselheiro Anísio Teixeira o respaldo para sua obra: “o trabalho que aqui apresento é uma primeira tentativa de corresponder à disciplina criada pelo Conselho Federal de Educação (...) não existindo ainda programas, pois êstes serão elaborados pelos próprios Docentes, apresentei ao professor Anísio Teixeira um plano que me parece interpretar os objetivos do Conselho”¹³. Mostrando um traço original, característica da primeira geração dos manuais de OSPB, João Camilo Torres de Oliveira explica ao leitor a origem da obra. A nota, datada em 03 de maio de 1964, revela em detalhes como o discurso oficial sobre a diversificação curricular, que prescrevia um currículo organizado, “não só pela competência dos Estados, mas pela livre opção dos colégios e, através deles, dos próprios alunos, na formulação dos currículos”¹⁴ se materializou nas extremidades do sistema de ensino. Diz a nota: “este trabalho, realizado na base de um programa do Colégio Municipal de Belo Horizonte, por iniciativa do prof. Amaro Xisto de Queiroz, responsável pela equipe que elaborou o plano”¹⁵.

A circulação do discurso¹⁶ sobre a formação cívica do cidadão, finalidade explícita da disciplina OSPB, é notada com clareza a partir das apropriações do discurso de Newton Sucupira. Excluindo-se o compêndio de João Camilo de Oliveira Torres, todos manuais publicados na conjuntura 1962-1964 citaram ou reproduziram o texto de Newton Sucupira. Desse modo, o artigo “A nova Disciplina Organização Social e Político Brasileiro”, originalmente publicado na *Documenta*, constituiu-se o discurso fundador dos valores e idéias que permearam a invenção da OSPB. Muito embora o próprio Newton Sucupira¹⁷ atribuísse ao professor Gildásio Amado papel mais destacado no processo de efetivação da nova disciplina, foi o seu discurso em defesa da OSPB que se transformou na grande referência das instâncias produtoras de livros didáticos.

Delgado de Carvalho, cujo compêndio fora patrocinado pelo MEC, por exemplo, publicou o texto integralmente em todas as edições¹⁸, antes e depois do golpe de 1964, inclusive aquelas editadas após o decreto-lei 869/1969, já sob a chancela da editora Record. Outros autores preferiram recortar os fragmentos considerados mais significativos e citá-los no sentido de legitimar seus manuais. Victor Mussumeci optou pelos trechos que acentuavam os laços entre a disciplina OSPB, o jovem estudante e a cidadania:

“Definiu os objetivos do conjunto de ensinamentos que se formalizaram com aquele título, o conselheiro Newton Sucupira:

- 1- Preparação do jovem para o exercício consciente da cidadania brasileira.
- 2- Inserção do jovem na vida política e social do país através de um conhecimento adequado de nossas instituições, de nossa estrutura governamental, dos processos políticos e administrativos que asseguram o pleno funcionamento de um regime democrático”¹⁹.

Na longa introdução elaborada por Umberto de Augusto Medeiros a ênfase percorre os aspectos informativos e práticos da democracia. Nesse sentido, dentre as falas de Newton Sucupira o autor pôs em destaque os seguintes pontos:

“Desejamos que cada um tenha uma consciência cívica esclarecida, como diz bem o Prof. Newton Sucupira: “O homem das democracias modernas tem que aprender a orientar-se politicamente dentro de sua sociedade, dentro da organização estatal para bem exercer os direitos políticos que a fórmula democrática do Estado assegura.” Não é possível, continua ele, uma preparação para o exercício da cidadania nas democracias de hoje, sem o conhecimento prévio da organização social e política da nação”²⁰.

Por seu turno, Theobaldo Santos adotou um discurso ambíguo no qual ao mesmo tempo em que elogiava a decisão do CFE, criticava a timidez da decisão por não abranger todos os currículos do curso ginasial:

“Uma falsa teoria da aprendizagem afastou, por muitos anos de nossos cursos médio, o ensino dessa disciplina formativa”.

Por isso, foi um ato de sadio realismo pedagógico do Conselho Federal de Educação o ter criado a cadeira de Organização Social e Política do Brasil, visando à integração do adolescente no conhecimento e na prática de nossas instituições democráticas. Lamentamos apenas, que nessa disciplina não faça parte de todos os currículos de nosso curso ginasial.²¹

Nas entrelinhas de todas as apresentações perfila um discurso engajado na formação cívica dos estudantes. Implícita está a crença na força dos respectivos manuais didáticos para a configuração desse quadro. Tal crença apoiava-se na primazia do estudo da chamada realidade brasileira. A construção, consolidação e permanência da democracia,

afirmavam os autores, dependia do conhecimento e do engajamento consciente na transformação da realidade brasileira por parte dos jovens. A ênfase na realidade brasileira aproximava explicitamente a disciplina OSPB às temáticas da sociologia. A grandeza da proximidade chegou mesmo a despertar preocupação entre os formuladores da proposta. Newton Sucupira registrou “não se trata de um curso de Sociologia, nem de um curso de Direito Público, mas de um estudo da realidade social e política brasileira com um objetivo definido: contribuir para a educação política do homem brasileiro dentro do espírito da democracia”²². Todavia, as deliberações da Diretoria do Ensino Secundário acerca da prática de ensino em OSPB indicam a primazia da sociologia. É ilustrativo citar os pré-requisitos exigidos aos candidatos à docência em OSPB: “O ensino da disciplina organização social e política brasileira poderá ser ministrado, provisoriamente, por professores licenciados em Ciências Sociais ou registrados em Geografia ou História.”²³

A conseqüência imediata deste horizonte foi a valorização de temas políticos, sociais, culturais e econômicos relativos a história mais recente do Brasil. Interpretar e modificar a realidade brasileira foi o mote e o ponto de partida na elaboração dos livros escolares de OSPB. Os autores acoplaram esta perspectiva na crença de que os manuais didáticos criariam efeitos na realidade. João Camilo de Oliveira Torres relatou que a iniciativa de escrever o livro foi um esforço em “oferecer aos estudantes da matéria um compêndio de acordo com uma análise objetiva da realidade brasileira”²⁴. Na mesma linha de argumentação Umberto Medeiros afirmou que entre todos os tópicos tratados no manual interessa mais “o estudo da realidade social e política brasileira com o objetivo de politizar o brasileiro dentro do espírito democrático”²⁵. A fala de Mussumeci, por sua vez, é oportuna por revelar a preocupação central que permeou o ato de elaboração do manual: “No seu planejamento e sua feitura, ativemo-nos à diretriz de ministrar conhecimentos que nenhum cidadão, como elemento operante da sociedade política, - deveria de ignorar e que os jovens discípulos de hoje – como elementos que se preparam para integrar a classe dirigente de amanhã – precisam aprender”²⁶. Theobaldo Miranda Santos foi mais longe e qualificou os professores como interlocutores e mediadores entre o livro e o aluno. “Passo

às mãos experientes de nossos colegas de magistério este pequeno livro, simples e elementar, cuja única finalidade é ajudar nossos estudantes a conhecer, para melhor praticar, os princípios, as normas e os ideais democráticos que regem e anima a livre e soberana Nação Brasileira.”²⁷

Por fim, Delgado Carvalho recorreu à erudição e à produção acadêmica sobre a realidade brasileira surgida na segunda metade do século XX:

“Há trinta ou quarenta anos, teria sido mais difícil encontrar fontes fidedignas para a exposição circunscrita dos assuntos aqui tratados. As obras de Nelson Werneck Sodré, de Celso Furtado, de Manuel Diegues, de Florestan Fernandes, de Afonso de Mello Franco, de Hélio Viana, de Temístocles Cavalcanti, de Carneiro Leão, de Jaques Lambert, de Costa Pinto, de Leôncio Basbaum, de Pierre Monbeig, de Emílio Willems, de Oliveira Viana, de Alcântara Machado, de Fernando de Azevedo, de Machado Paupério, de Artur Ramos, de Caio Prado, de Lyn Smith, de Charles Wagley, de Orlando de Carvalho, de Donald Pierson e de muitos outros são obras que permitem focalizar atualmente a ‘realidade brasileira’, isto é, o elemento essencial na formação cívica de nossos jovens patricios.”²⁸

As referências de Delgado Carvalho apresentam as ambigüidades que pairavam não apenas sobre a produção didática de OSPB, como também sobre a configuração assumida pela história política do país naquele momento. Sem dúvida trabalhos como os de Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Fernando de Azevedo e Oliveira Viana ofereceram novos elementos históricos, sociológicos e culturais para a compreensão da chamada realidade brasileira. Mas o fato é que estes autores, ou a leitura de suas obras, participaram vivamente da luta política que marcaram o início dos anos sessenta. Ilustram, portanto, a apropriação dos temas prediletos dos autores de OSPB - democracia, cidadania, civismo - por correntes de pensamento que disputavam a hegemonia política e produziram representações do que consideravam ser a cidadania ideal na configuração da realidade brasileira democrática. Assim, a leitura dos livros de OSPB publicados entre 1962 e 1964 permite entrever as representações das várias realidades brasileiras que, sobre o pretexto de interpretar, os autores pretendiam recriar.

¹ A composição inicial do CFE foi a seguinte: Anísio Teixeira, Alceu Amoroso Lima, Antônio Ferreira de Almeida Júnior, Abgar Renault, Dom Hélder Câmara, Josué Montello, Francisco Brochado da Rocha, Antônio Balbino de Carvalho Filho; D. Cândido Padim, Joaquim Faria de Góis Filho, Maurício Rocha e Silva, Hermes Lima, Padre José Vieira de Vasconcelos, Edgar Rego Santos, Newton Sucupira, Clóvis Salgado da Gama, José Borges dos Santos, José Barreto Filho, Celso Ferreira da Cunha, João Brusa Neto, Francisco Maffei, Roberto Bandeira Accioli, Deolindo Couto e Raimundo Valmir Cavalcante Chagas. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. *Documenta*. nº 1. 2ª ed. Março, 1962, p. 13.

² Idem. ibidem. p.15.

³ AMADO, Gildásio. *Educação média e fundamental*. Rio de Janeiro / Brasília: José Olympio / Instituto Nacional do Livro/ MEC, 1973. pp. 138-139.

⁴ Idem. ibidem. p. 144.

⁵ Idem. ibidem. pp. 17-19.

⁶ SUCUPIRA, Newton. In: BRASIL. MEC/CFE. *Documenta*. nº 03. março de 1962. p. 227.

⁷ Idem. ibidem. p.226.

⁸ BRASIL. LEX. Número 57, abril/junho de 1993. p.414

⁹ Decreto lei nº 869, de 12 de setembro de 1969.

¹⁰ poucos autores mencionam a presença da disciplina OSPB antes de 1964. Entre as exceções citam-se FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. 5ª ed. Campinas, 2001. p.36; PILETTI, Nelson. *Evolução do currículo secundário*. IN: *Revista da Faculdade de Educação*. 13(2): 27-72, São Paulo, 1987. p.64-65.

¹¹ GENETTE, Gerard. *Umbrables*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

¹² SANTOS, Theobaldo Miranda. *OSPB*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

¹³ CARVALHO, Delgado. *Organização social e política brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP, MEC, 1963. p.04.

¹⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA / CFE. *Documenta*. Nº 01, março 1962. pp. 17-18.

¹⁵ TORRES, João Camilo de Oliveira. *Instituições políticas e sociais do Brasil*. SP: Coleção Editora FTD, 1965.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 11ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

¹⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA / CFE. *Documenta*. *Documenta*. Nº 26, junho de 1964. pp. 16-17.

¹⁸ CARVALHO, Delgado. op. Cit. pp. 05-08.

¹⁹ MUSSUMECI, Victor. *Organização Social e Política brasileira*. 23ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1963. 09.

²⁰ MEDEIROS, Umberto. *Organização social e política brasileira*. 27ª ed. São Paulo: FTD, 1967. p.09.

²¹ SANTOS, Theobaldo. Op. Cit. prefácio.

²² SUCUPIRA, Newton. Op. cit. p 227.

²³ MEC / INEP. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*.vol. XXXVII, jan / mar, 1962, nº 85, pp. 141-142.

²⁴ TORRES. João Camilo de Oliveira. Op. cit. prefácio

²⁵ MEDEIROS, Umberto. Op. Cit. prefácio, p. 09.

²⁶ MUSSUMECI. Victor. Op. Cit. prefácio, p.09

²⁷ SANTOS. Theobaldo. Op. cit. prefácio.

²⁸ CARVALHO, Delgado. Op. Cit. prefácio, p.04